



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140774 - TO (2021/0001066-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : C G F (PRESO)
ADVOGADO : IVALDO COSTA DA SILVA - MA017838
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por C. G. F. contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0013018-17.2020.8.27.2700).

O paciente foi preso em flagrante, em 21/9/2020, pela suposta prática do delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal). Posteriormente, a prisão foi convertida em preventiva (fls. 22-27).

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que a prisão preventiva foi decretada com base apenas na gravidade abstrata do delito imputado e que a vítima está morando com sua mãe biológica. Defende que a liberdade do acusado não ofereceria risco à menor.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação a custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente